UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

MÔNICA AMÂNCIO DO NASCIMENTO QUEIROZ

O USO DE VÍDEOS COMO RECURSO DAS NOVAS TECNOLOGIAS, EM DIVERSAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGENS NAS AULAS DE HISTÓRIA

JOÃO PESSOA - PB
2014

MÔNICA AMÂNCIO DO NASCIMENTO QUEIROZ

O USO DE VÍDEOS COMO RECURSO DAS NOVAS TECNOLOGIAS, EM DIVERSAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGENS NAS AULAS DE HISTÓRIA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Profª Ms. Vanusa Valério dos Santos

JOÃO PESSOA - PB

2014

MÔNICA AMÂNCIO DO NASCIMENTO QUEIROZ

O USO DE VÍDEOS COMO RECURSO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM DIVERSAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGENS NAS AULAS DE HISTÓRIA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19 de julho de 2014

Vanusa Valério dos Santos
Profª Vanusa Valério dos Santos - UEPB
Orientadora

Luciana Silva do Nascimento
Luciana Silva do Nascimento - UEPB
Examinadora

Wallene de Oliveira Cavalcante
Wallene de Oliveira Cavalcante - UEPB
Examinador

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Q3u QUEIROZ, Mônica Amâncio do Nascimento
O uso de vídeos como recurso das novas tecnologias, em diversas situações de aprendizagens nas aulas de história [manuscrito] : / Mônica Amâncio do Nascimento Queiroz. - 2013.
33 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2013.
"Orientação: Profa. Ma. Vanusa Valério dos Santos, Departamento de Educação".

1. História. 2. Tecnologias. 3. Vídeos. 4. Alunos. I. Título.
21. ed. CDD 372.358

DEDICATÓRIA

A minha família por estarem sempre presentes e compreensivos durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus alunos, por inspirarem este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter permitido na minha vida a oportunidade de participar desta especialização.

À minha família, pela compreensão no momento em que precisei me dedicar aos períodos de estudo.

Enfim, agradeço a grande amiga Suelídia Maria Calaça que esteve presente com palavras de apoio e motivação para que eu pudesse concluir este trabalho.

À amiga Vanessa, pela colaboração neste trabalho, através da feitura do abstract.

Finalmente, à Profª Vanusa Valério dos Santos pelo trabalho de orientação.

A todos meus agradecimentos.

“A dúvida é o princípio da sabedoria. ”
Aristóteles

RESUMO

Este trabalho propõe discutir os efeitos da utilização de vídeos como ferramenta pedagógica nas aulas de história, relacionando com as necessidades de aprendizagens dos alunos. Para atingir tais objetivos, faz-se uma reflexão sobre o ensino de História e o uso de novas tecnologias no espaço escolar. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, partindo do levantamento bibliográfico, discutindo os documentos oficiais para o ensino de história e a descrição do relato de experiência com o uso de vídeo na sala da EJA no Ensino Médio. Por último, será abordada a experiência do uso de vídeo como ferramenta de aprendizagem para as aulas de História na Escola Estadual de Ensino Fundamental Profa. Maria Geny de Souza Timóteo, localizada no bairro de Tambiá, na cidade de João Pessoa - PB, no período de 2010 a 2014. Este relato de experiência visa corroborar com a teoria sobre a validade do uso deste instrumental em sala de aula, identificando-a como uma importante estratégia de ensino aprendizagem, abordando as condições necessárias para tal (estrutura da escola, formação de professor).

Palavras-chaves: História. Tecnologias. Vídeos. Alunos.

ABSTRACT

This present work aims discuss the effects of some videos used as a pedagogical resource in History classes, relationing with learning necessities of students.To achieve objectives a refletion about teaching History and the new tecnologies used in educational enviroment has made.The methodology applied is a qualitative guidance starting from a bibliographical collection discussing official documents to teaching History and the description of related experience with video classes of (EJA-young and adults high-school education). And finally an experience with video classes as a pedagogical resource in History will be board at the Escola Estadual de Ensino Fundamental Profa. Maria Geny de Souza Timóteo, located in Tambiá, João Pessoa, city of Paraíba in the period of 2010 to 2014. This reported experience aims to corroborate the theory about the operation of this instrument in classrooms identifyed as an important strategy of teaching and learning, approaching the necessary condition to structure of school and teachers training.

KEYWORDS: history. technology. videos. students.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 09

2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 11

3 DISCUTINDO O ENSINO E A PRÁTICA DOCENTE NA HISTÓRIA. 15

4 A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR 23

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 26

6 AS CONTRIBUIÇÕES DA UTILIZAÇÃO DO VÍDEO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS 28

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

8 REFERÊNCIAS 33

1 INTRODUÇÃO

O uso das novas tecnologias na escola não é mais uma novidade. Diferentes experiências de ensino têm considerado o vídeo como uma ferramenta importante para a sala de aula e a partir desta ferramenta têm-se construído inúmeras experiências educativas interessantes. Sendo assim, este trabalho pretende apresentar uma experiência do uso de vídeo em aulas de História do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O interesse em apresentar este tema surge da prática educativa como professora de História, na reflexão-ação, onde a metodologia aplicada sofreu mudanças ao longo desta prática, incorporando sistematicamente o uso de vídeos em sala de aula para responder a necessidade de inovação do processo de ensino aprendizagem, se apresentando como uma estratégia de resposta imediata à compreensão de conteúdos da história por parte dos alunos.

Inicio este trabalho fazendo uma discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos, a fim de refletir sobre questões pertinentes à aprendizagem dos sujeitos no Ensino Médio, as influências na aprendizagem e a necessidade de colaboração do professor que se encontra a frente deste processo.

Neste sentido, esta pesquisa discutirá o ensino de história e sua prática educativa, a partir de autores como Bittencourt (2004), Fonseca (1993), KARNAL (2003), bem como em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a fim de perceber como o ensino de história vem acontecendo nas escolas brasileiras e quais problemáticas tem se apresentado em seu cotidiano.

Depois da discussão, trago uma reflexão sobre as ferramentas tecnológicas na prática pedagógica do professor de história, a fim de compreender como e quais experiências válidas estão sendo gestadas na sociedade brasileira que apontam para uma inovação relevante e transformadora da metodologia utilizada pelos docentes no cotidiano escolar. Para tanto, utilizaremos autores como Moran (1995) e Bittencourt (2004).

Por último, será abordada a experiência com uso de vídeo como ferramenta de aprendizagem para a História na escola Estadual de Ensino

Fundamental Profa. Maria Geny de Souza Timóteo, localizada no bairro de Tambiá, na cidade de João Pessoa - PB, no período de 2010 a 2014. Este relato de experiência visa corroborar com a teoria sobre a validade do uso deste instrumental em sala de aula, identificando –a como uma importante estratégia de ensino aprendizagem, abordando as condições necessárias para tal (estrutura da escola, formação de professor).

2. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para melhor compreensão da discussão sobre o uso de vídeos em sala de aula, é importante refletir sobre a educação de jovens e adultos, pois a experiência para a qual esta pesquisa se reporta, acontece nas salas da EJA, a nível de Ensino Médio. A princípio começo fazendo as seguintes perguntas: quem é o adulto? Quais são as suas características? Como ele é percebido no processo educativo escolar?

Para o Dicionário Aurélio:

> adj. Que terminou sua adolescência./Que chegou ao termo do período de crescimento: animal, planta adulta./&151; S.m. Aquele que atingiu a maioridade civil (1999).

Apesar desta definição, o conceito de adulto de adulto tem sua trajetória marcada na história da educação brasileira. Na década de 30, do século XX, na sociedade brasileira o adulto analfabeto era considerado incompetente, marginal e culturalmente inferior, incapaz psicológica e socialmente. Analfabeto era aquele que perdeu tempo, não aprendeu no momento propício, que tem a “cabeça dura” para se envolver nos novos processos de formação. Atualmente, a Educação de Jovens Adultos não acontece apenas a nível de alfabetização, mas sobretudo a nível de pós-alfabetização. A partir da variação de escolarização oferecida ao jovem e adulto na educação brasileira, temos uma heterogeneidade da demanda:

- pessoas com experiências distintas advindas das vivências no campo familiar, social e no mundo do trabalho;
- há os jovens e os mais jovens (adolescentes), os adultos e os mais adultos (terceira idade).

A partir dos sujeitos da EJA, pergunto o que é a educação de adultos e qual a diferença entre educação popular e educação de adultos?

Ao longo do processo de organização das sociedades humanas, a educação serviu a diferentes propósitos, dentre os quais o aprisionamento dos indivíduos em suas relações de poder, ajudando na manutenção da subordinação da maioria pela minoria, detentora do poder econômico, político e social. É nesse contexto que surge a necessidade de dividir a educação e designá-la a partir de vários adjetivos: educação formal, educação alternativa, educação popular.

No século XVIII, quando a burguesia conseguiu o poder político na França, estendendo-se para o resto da Europa e Américas, a educação já se encontrava concebida de forma fragmentada: a educação dos trabalhadores (inferior, mínima para formar mão de obra para o mercado de trabalho) e educação das elites dirigentes (superior, intelectualizada).

Nesse embate entre a educação para a classe trabalhadora e a educação das elites, elabora-se a educação popular.

Para a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a educação) de 1996, a educação de jovens e adultos tem as seguintes características:

> Artigo 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
> § 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades
> educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
> § 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
> 36) § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.
> Artigo 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
> § 1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
> I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
> II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.
> § 2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

De acordo com a síntese das experiências da América Latina, apresentada na V Conferência sobre Educação de Jovens e Adultos em 1997:

> engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde as pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e de sua sociedade (...) inclui a educação formal, não-formal e o espectro de aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser considerados (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS).

Já de acordo com a oficialidade da educação brasileira, a partir de 2002, no Parecer da CNE/CEB - 11, a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os jovens e adultos que não começaram ou não concluíram seu processo de escolarização e a EJA assume 03 funções sociais essências:

●FUNÇÃO REPARADORA: superando a injustiça praticada aos que foram excluídos da escola ao longo dos anos;

●FUNÇÃO EQUITATIVA: oferecendo oportunidades diferenciadas de aprendizagem, dando maior oportunidade a quem precisa, possibilitando diferentes estratégias de ensino-aprendizagem;

●FUNÇÃO QUALIFICADORA: envolve o aprender por toda a vida, em processos de educação continuada – saber ler, escrever, pensar e agir frente aos desafios sociais.

Neste sentido, a educação de jovens e adultos acontece a partir dos seguintes princípios teóricos e metodológicos: pedagogia progressista – libertadora, libertária ou crítico social dos conteúdos e considerar a importância da aprendizagem significativa.

Com relação a aprendizagem significativa o educando deve levar sempre em consideração as peculiaridades cognitivas dos que aprendem; conhecer e partir de seus conceitos espontâneos e implícitos para gerar as adequadas contradições ou conflitos cognitivos capazes de obrigar cada estudante a substituir ou reconstruir suas ideias para enfrentar os novos desafios que os envolvem.

Para proporcionar um ensino que incide sobre o que o adulto ainda não sabe, mas que deve responder aos desejos, interesses e motivos do adulto que são

históricos e sociais, são criados pela sociedade em que vivem e por tudo que acontece ao seu redor. Diante disto, as condições concretas para a criação de novos motivos são, em primeiro lugar, que o adulto tenha oportunidades de experiências diversificadas para que possa vir a fazer delas atividades carregadas de sentido; essas experiências precisam ser postas de forma tal que o adulto envolva-se inteiramente em sua realização. Assim, a aprendizagem significativa ocorre quando os conhecimentos científicos trazidos pela escola entram em contato com os chamados conhecimentos espontâneos (aqueles construídos no cotidiano dos educandos e anteriores a experiência escolar) de forma não arbitrária, não obrigatória, mas a partir de interesses e motivos criados no adulto pela escola.

Diante do que foi colocado, alguns desafios se apresentam para a educação de jovens e adultos para o século XXI:

- Inserção dos recém-alfabetizados numa escolarização regular;

- eliminar o analfabetismo no Brasil;

- universalizar o ensino fundamental para todas as crianças e adolescentes, com atendimento em escolas de qualidade;

- superar o voluntarismo, característico desta modalidade de educação, através da formação profissional de seus educadores;

- consolidar um financiamento próprio;

- formar mão de obra qualificada para o novo perfil de produção, no qual a inteligência, o conhecimento, a solução de problemas, a capacidade de selecionar e processar informações e a autonomia são fundamentais;

- qualificar para o exercício da cidadania moderna[1] e responsável;

- preparar para a convivência produtiva e crítica com os processos de difusão de conhecimento propiciados pela tecnologia da informação;

- contribuir para recuperar e construir a dimensão social e ética de desenvolvimento.

- tem ainda a função de reduzir e eliminar o analfabetismo no Brasil.

[1] A cidadania moderna é aqui entendida como a plena participação do indivíduo nos seus deveres e direitos civis (a vida, a liberdade, a igualdade perante a lei), políticos (votar, ser votado, fiscalizar os eleitos, participar das decisões políticas) e sociais (direito à educação, ao trabalho, a saúde, enfim, a um padrão social de dignidade humana).

É para o público da Educação de Jovens e Adultos e seus sujeitos específicos que novas experiências de ensino devem acontecer e a partir daí sugerir novas propostas de ensino. Neste caso, de ensino de História no Ensino Médio.

3. DISCUTINDO O ENSINO E A PRÁTICA DOCENTE NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

É muito importante que na escola o aluno tenha oportunidade de conhecer e argumentar sobre os fatos históricos ocorridos no estado, cidade e no mundo, compreendendo as experiências humanas e sua própria, com o objetivo de desenvolverem a capacidade crítica e contribuir com sua intervenção de forma qualificada em seu convívio social. Desta forma, as pessoas que entram em contato com a disciplina de história na escola, poderão reconhecer-se como cidadãos e como agentes da construção de sua própria trajetória de vida. Mas o aluno precisa ter uma escola que estimule sua visão crítica da realidade social. Nesse sentido, é para isto que colaboram os professores como profissionais comprometidos em desempenhar um trabalho crítico e empenhados em provocar situações de aprendizagens no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, pensamos também que um trabalho em sintonia com a família do aluno é crucial para auxiliar na educação e conscientização dos mesmos; a parceria entre escola e família ajudará para que o aluno perceba o quanto a educação escolarizada contribui para uma vivência mais qualificada dos seres humanos no tempo.

Esta visão crítica sobre as coisas que a escola deve desenvolver nos alunos está bem colocada nos documentos oficiais para a Escola Fundamental e Média, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998) e das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (2010).

Os PCN apresentam algumas mudanças e permanências para o ensino de história. Uma primeira mudança refere-se aos seus objetivos. Alguns deles como conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes culturas, reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas e valorizar o patrimônio sócio e cultural, bem

como a diversidade dos povos. Sendo assim estes estão em concordância com o princípio do multiculturalismo e da alteridade (o reconhecimento e o respeito ao outro), tendo como proposta para a efetivação desses objetivos o ensino de história através de temas, abrindo possibilidades para a real integração entre os conteúdos históricos com a Sociologia e a Antropologia, bem como outras áreas das ciências sociais.

A simples referência ao multiculturalismo e a história temática já representam por si só, uma importante inovação, pois se contrapõem aos princípios tecnicistas, predominantes em textos curriculares da década de setenta e apresentam novos verbos para aquisição do conhecimento histórico como analisar, compreender, comparar, que atendem às expectativas mais amplas do educando quanto à sua formação intelectual. Esta tendência pedagógica, de acordo com Libâneo:

> A tendência liberal tecnicista subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de "recursos humanos" (mão-de-obra para indústria). A sociedade industrial e tecnológica estabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a educação treina (também cientificamente) nos alunos os comportamentos de ajustamento a essas metas. No tecnicismo acredita-se que a realidade contém em si suas próprias leis, bastando aos homens descobri-las e aplica-las. (2002)

O presente aparece como resultante do passado. A partir disso, os ritmos temporais são definidos pelas diversas temporalidades que permeiam o cotidiano nos diversos grupos da sociedade e não são mais definidos exclusivamente por sujeitos institucionais.

A relação espaço-tempo ganha um novo sentido a partir da importância atribuída à história local. No entanto, a prática escolar recorrente, tem transformado o estudo do local como história do bairro ou da cidade/município/estado, sem necessariamente relacioná-la com a história regional ou nacional.

Ocorre, a partir dos PCN, a introdução de conteúdos sobre ecologia ou meio ambiente; a relação homem-natureza passa a ser objeto de estudo. Também a educação para o trânsito passa a ser considerada como importante conteúdo que visa a desenvolver as habilidades específicas dos alunos, mas esta nunca é vista através de sua dimensão histórica.

Outra importante mudança é o pressuposto metodológico de que a iniciação ao estudo da sociedade deva partir da realidade do aluno, isto é, a vivência do aluno

deve ser o referencial para introduzi-lo em espaços e tempos diferentes, tendo-se por base as teorias construtivistas.

O espaço europeu não aparece mais como o “lugar” do nascimento da nação, dando-se, a partir disso, um tratamento melhor ao estudo do espaço americano, das populações indígenas e africanas.

Apesar das mudanças na lei, as permanências na prática pedagógica são visíveis. Permanece, nas séries iniciais, uma predominância de técnicos educacionais presentes nas formulações curriculares, nos planos anuais e nos planos de aula. Numa clara demonstração que a inovação na formação dos professores nesse nível de ensino não acompanha as inovações do discurso. Aí também permanece os conteúdos organizados em círculos concêntricos, iniciando-se o estudo pela vida da criança e da família, seguindo para o mais distante: escola, bairro até o país. Soma-se a isso a permanência na prática escolar de certa ênfase, às comemorações das datas cívicas e homenagens a heróis regionais e nacionais.

A questão da identidade, ainda parece ser identificada com a formação política do cidadão, mas agora tendo que enfrentar a relação nacional/mundialização, no âmbito dos princípios capitalistas que tendem a identificar o indivíduo como pertencente ao sistema capitalista globalizado

Dos PCN destaco os objetivos específicos para o ensino de História, onde:

> O ensino de história possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim é primordial que o ensino de história estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (BRASIL, 1998)

Neste documento, a história ensinada em sala de aula precisa contribuir com a compreensão da identidade do sujeito, em suas diferentes dimensões, para que se desenvolva no educando a capacidade crítica em dialogar com a sociedade na qual está inserido e valorize seu local de pertencimento. Neste sentido, o documento opta por sugerir o trabalho com as noções de tempo, sujeito e fato histórico, a partir da história cultural, utilizando a história temática como opção metodológica e o ensino de história local como discussão teórica possível para a história no ensino fundamental. Propõe-se a partir disto, a noção de identidade compreendida a partir do entendimento sobre as diferenças e semelhanças dos indivíduos, nos diferentes

tempos e espaços, do tempo passado ao tempo vivido, de um espaço particular ao geral.

Um outro destaque que faço neste documento é a distinção entre “o saber histórico, com um campo de pesquisa e produção de conhecimento do domínio de especialistas, e o saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço escolar. ” (BRASIL, 1998). Esta distinção chama a atenção dos professores que o conhecimento com a qual a escola lida é um conhecimento científico, retirado da ciência histórica e discutido no cotidiano da escola. Assim, a convivência dos saberes histórico e escolar serve para a compreensão da realidade dos alunos, ao mesmo tempo em que, contribui na formação de uma mentalidade crítica, onde estes alunos tenham opinião própria e argumentos coerentes sobre seu pertencimento e vivência em sociedade.

No entanto, o ensino de história, apesar de sua importância, tem sido pouco valorizado na sociedade brasileira. De acordo com a professora Circe Mª Fernandes (2004):

> O ensino de história foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas a partir da década de 70 do século XIX teve a importância pedagógica uma história nacional na construção de uma identidade nacional, sendo assim o ensino de história voltava-se para uma formação moral e cívica (FERNANDES, 2004)

A partir desta afirmação, reflete-se que na sociedade brasileira atual, embora haja uma orientação diferenciada a partir de 1996, a prática educativa do ensino de história muitas vezes repete esta intenção original para a história escolar e não promove a discussão e compreensão da identidade do sujeito, colocada nos PCN.

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (2010) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (2012), este nível de ensino deve ter a preocupação com o desenvolvimento da noção de cidadania, com informações e conceitos históricos básicos. Estes conceitos básicos são o conceito de história, de processo histórico, tempo e sujeito.

Sobre estes conceitos, o professor Bezerra (2003) afirma que a história é a compreensão de processos e sujeitos históricos, o desvendar das relações que se estabelecem entre os diferentes grupos humanos em diferentes tempos e espaços. Neste sentido, ela apresenta um conhecimento provisório e exige tanto na pesquisa

histórica, quanto na elaboração do conhecimento didático, o trabalho com fontes históricas. Já o processo histórico, é a investigação das uniformidades e regularidades, rupturas e diferenças das formações sociais, sendo uma prática ordenada e estruturada de maneira racional, apresentando registros ou evidências da luta dos agentes históricos – ponto de partida para o entendimento do processo histórico, onde o passado é que explica o "ser presente" (caráter ontológico) e o acontecimento só tem sentido como parte do processo histórico. Com relação ao tempo, Bezerra (2003) coloca que este é o produto cultural forjado pelas necessidades concretas das sociedades, E representa um conjunto de vivências humanas.

Portanto a história deve relativizar as diferentes concepções de tempo e as periodizações propostas e supor que se estabeleçam relações entre continuidade e ruptura, permanências e mudanças/transformações, sucessão e simultaneidade, trabalhando com diversificados ritmos do tempo histórico – duração dos fenômenos sociais (tempo curto, médio e longo), evitando o anacronismo (atribuição a determinadas sociedades do passado nossos próprios sentimentos ou razões/aplicar critérios e conceitos que foram elaborados para uma determinada época, para outras épocas com características diferentes). No que respeita ao sujeito histórico, cabe ao historiador, professor de história perceber o lugar do indivíduo na História, considerando a construção das identidades pessoais e sociais, em dimensão temporal. Este sujeito histórico estaria configurado na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades pessoais e sociais. Desta forma, a História não é resultado somente de figuras de destaque, mas da construção consciente/inconsciente de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos.

No entanto, apesar das orientações para o ensino de história no ensino médio, na atualidade trazer a preocupação com a noção de cidadania e os conceitos básicos nesta área a trajetória do ensino traz outra realidade para a escola brasileira.

De acordo com a professora Selva Guimarães Fonseca (1993), o ensino de história na escola brasileira no século XIX esteve articulado nas tradições européias, privilegiando a história antiga, média moderna e contemporânea, pois a história do Brasil era mencionada junto da história universal sem muita importância. E só em 1940, (no Estado Novo) o Ministério da Educação e Saúde Pública instituiu o ensino

da história do Brasil como disciplina independente. A história surge como disciplina autônoma na França do século XIX no contexto da laicização da sociedade e da constituição das nações modernas. Em 1838 o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro inclui história a partir da 6ª série, estudada nos compêndios franceses na configuração de uma história universal, a história do Brasil é um apêndice que compila biografia de homens ilustres, de datas e batalhas.

No contexto da escola nova em 1922 criticou-se a forma como a história estava sendo ensinada no Brasil, mas o julgamento recaiu na metodologia (memorização e passividade do aluno); na reforma Francisco Capanema em 1931 a educação era entendida como instrumento de fortalecimento da sociedade brasileira. Sendo assim o ensino de história formava para o exercício da cidadania compreendida como formação política e familiarização dos problemas que o desenvolvimento impunha ao Brasil. Em 1934 ocorre a criação da escola de São Paulo e a organização dos primeiros cursos universitários para a formação de professores do ensino secundário. Nas décadas de 50 e 60 inovações nas áreas de história em decorrência das inovações e historiográficas a partir do paradigma marxista (história crítica) e da nova história. No final da década de 60 ocorre um aperfeiçoamento do controle técnico burocrático das escolas e a autorização e o funcionamento das licenciaturas curtas. Em 1971 a reforma de ensino prevê a adoção de estudos sociais englobando o ensino de história e geografia no 1º grau. Neste mesmo período implanta-se cursos de licenciatura curta e longa de estudos sociais em instituições públicas e privadas para formar professores de Moral e Cívica e de Estudos Sociais – diminuição da carga horária de história e geografia. Em 1976 o conselho federal de educação autoriza a apenas aos professores habilitados em estudos sociais, para ministrar aulas nesta disciplina, como também coube aos professores de história a ensinar apenas no 2º grau, fato que provoca reação da Universidade de São Paulo, da Associação dos Geógrafos do Brasil, da Associação Nacional dos Universitários de História e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Os professores de História e Geografia em 1979 são autorizados a ministrarem suas disciplinas específicas, Estudos Sociais, E.M.C. e O.S.P.B. A nível de graduação e pós-graduação a Educação Moral e Cívica passa a ser ministrada sob a forma de Estudos dos Problemas Brasileiros – E.P.B. No final dos 80, Estudos

Sociais permanecem nas quatro séries iniciais do 1º grau e a História e Geografia passam a ser autônomas nas últimas séries do 1º grau e no 2º grau.

Selva (1993) ressalta que as mudanças nos anos 80, das novas propostas curriculares de São Paulo e Minas Gerais, ocorreram nas discussões em secretarias, universidades, escolas de 1º e 2º graus, que apresentavam perspectivas de renovação para o ensino de história que ocorreram no espaço acadêmico e cultural. A autora afirma que é importante também identificar a relação entre as universidades com o ensino fundamental, mas isto não ocorria.

Atualmente, a área de História, como já foi falado anteriormente, encontra-se delimitada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – para o Ensino Fundamental e Médio e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia para o Ensino Fundamental. Nesse último documento, alguns objetivos gerais do ensino fundamental como:

> Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços".
> Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado.
> Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles.
> Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço.
> Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros.
> Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia. (BRASIL, 1998)

Tais objetivos dizem respeito diretamente aos conhecimentos históricos que os alunos devem adquirir.

No entanto, é importante, antes de qualquer coisa, o professor responder a pergunta "para que se ensinar os conteúdos históricos ou geográficos?" A resposta tem duas dimensões possíveis: pode-se ensinar para preparar os alunos para exercerem uma cidadania na lógica mercadológica ou numa lógica societária, multidimensional. Caso a opção se faça pela primeira dimensão, teoria e metodologia estarão voltadas para a inserção no mercado de trabalho, na ótica do cidadão-consumidor, concepção esta que reitera o modelo instrumental de conhecimento. Mas, se a opção for a segunda lógica, formar-se-á mediante uma

percepção crítica do conhecimento, partindo de uma sociedade presente, vislumbrando sua transformação futura.

A escolha de uma dessas lógicas implica na finalidade do processo educativo e está na definição do conteúdo a ser ensinado.

Para a História o conteúdo do ensino fundamental deve contemplar uma visão abrangente, a fim de que possa se entender o processo globalizante atual, junto a uma perspectiva de pluralidade cultural que dê conta da diversidade das experiências vividas pelas sociedades, enfocando a realidade mais próxima (nacional, regional ou local).

O conteúdo do conhecimento histórico articula a problematização do presente, o processo histórico e a teoria da História.

A metodologia em História varia de acordo com o conteúdo a ser ensinado. Não é válido usar o mesmo método para todos os conteúdos. Por exemplo, se o conteúdo é o conceito de tempo, é interessante que o professor parta do tempo individual, pessoal para a construção abstrata de tempo histórico. Mas, se o conteúdo é Revolução Francesa, o conhecimento prévio da História Política é necessário, como os conceitos de regimes políticos. Outro fator importante para a escolha da metodologia é a caracterização do aluno que vai aprender (o contexto socioeconômico em que está inserido e seu nível formativo). A metodologia também muda de acordo com o conhecimento histórico. Pois, a verdade histórica muda e junto com ela, mudam as teorias e as metodologias.

Assim, as novas tecnologias aparecem como aliadas do ensino de história e favorecem um aprendizado mais prazeroso e coerente para os alunos em sala de aula.

3 A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR

O uso do vídeo para auxiliar no entendimento dos conteúdos programados nas aulas, ocupa um importante lugar, pois a imagem na época atual faz muito sucesso e é atraente para o público que está assistindo uma aula. Não temos mais que pensar naquelas aulas tradicionais ministradas no século anterior. As mudanças estão acontecendo com muita rapidez e o professor terá que acompanhar este ritmo

acelerado. O professor deve procurar vencer todas as suas dificuldades para planejar aulas dinâmicas, demonstrando para seu aluno que a sala de aula é um ambiente prazeroso para adquirir e compartilhar conhecimentos. É crucial que o vídeo selecionado para ser exibido tenha total ligação com o conteúdo estudado no momento de exibição, fazendo o aluno perceber que o vídeo veio somar para o seu aprendizado. Isto acontece quando o professor planeja suas aulas com a utilização da ferramenta tecnológica.

Quando se integra o uso de tecnologias à sala de aula tem-se uma maior participação dos educandos nas aulas, favorecendo o dinamismo e diálogo educativo. Também é possível através desta estratégia instigar a aprendizagem e desenvolver o interesse pela busca de novos conhecimentos.

A exibição de vídeos e filmes de longa duração precisa ser cuidadosamente selecionado e seu trabalho exige uma atenção especial, pois o longa necessita estar devidamente articulado (do início ao fim) ao conteúdo proposto. Este tipo de filme também requer tempo especial (não acontece em uma aula de 45 minutos) e plena estrutura para funcionar. Caso este planejamento cuidadoso não aconteça, o trabalho com longa torna-se monótono e inútil. Uma exibição de sucesso deve ser planejada e anteriormente trabalhada com o aluno, onde se propõe todos os critérios a serem explorados naquela exibição, atividades reflexivas (questões escritas, comentários, discussões posteriores), poderão auxiliar para assimilar o conteúdo. É uma estratégia rica em conteúdos conceituais, mas que requer bastante atenção em seu uso em sala de aula.

Considerando as dificuldades encontradas para a utilização do longa como recurso metodológico, optamos pelo uso de vídeos de curta duração, pois este tipo de vídeo apresenta algumas vantagens que tornam possível seu uso como estratégia de ensino-aprendizagem, a saber: sua rápida exibição cabe no curto período das aulas noturnas, os alunos que se apresentam cansados e sem motivação, sentem-se atraídos pela linguagem clara, objetiva e lúdica que as imagens trazem.

Como diz Moran (2007) “A imagem mexe com o imediato, com o palpável”. É o uso da imagem que aparece no cotidiano do aluno, sendo fácil para despertar o olhar do aluno, havendo uma preocupação em selecionar o vídeo a ser exibido de acordo com o público alvo contemplando o nível de escolaridade e a faixa etária.

Certamente para usar esta estratégia metodológica o professor precisará construir novos hábitos e descontruir velhas práticas, pois o vídeo, na maioria das vezes, é usado em sala de aula como um momento de entretenimento, para que os alunos possam fazer algo prazeroso, sem compromisso com a aprendizagem. De acordo com Moran (1995), “Vídeo, na cabeça dos alunos, significa descanso e não” aula”. Diante disto é preciso que o professor una à aula com um conteúdo didático, identificando qual o vídeo, filme ou documentário que melhor se adequa ao que está sendo discutido como conteúdo na aula de história.

Desta forma, na educação de Jovens e Adultos, o uso do vídeo apresenta-se como uma opção válida e construtiva para o conhecimento em sala de aula. Na tarefa de mediar o conhecimento, fazendo a síntese do saber trazido pelo aluno a partir de seu cotidiano, o educador contribui para que educandos possam construir e fazer sua leitura de mundo com autonomia. Com o desenvolvimento da tecnologia, o amplo da internet com o uso doméstico e a ampliação do acesso à informação, torna-se possível melhorar as ferramentas usadas em salas de aulas e o uso de vídeos, junto a outras estratégias como a música, a literatura e a arte de modo geral, tornam as aulas mais atraentes, prazerosas e de elevado conteúdo conceitual. Neste sentido, Moran afirma que “O vídeo é também escrita. A escrita na tela permite colocar textos coloridos de vários tamanhos e com rapidez” (1995).

Infelizmente, a prática com o uso do vídeo tem levado a certos desvirtuamentos. Tornou-se comum quando da ausência de um professor ou numa data festiva é preciso improvisar, usa-se o vídeo para resolver tais problemas. Isto pode ser feito eventualmente, mas tornar isto uma recorrência pode fazer com que o aluno associe negativamente o uso do vídeo na escola ao simples entretenimento É uma ferramenta excelente (vídeo) aparece na maioria das vezes, dentro do ambiente escolar para preencher aquela aula que não aconteceu por algum motivo, é por isso que em momentos de uso responsável do vídeo nas aulas, pode aparecer comentários do tipo “Hoje é só lazer, não tem aula. ”

No ponto de vista de Moran (1995) “o vídeo desperta a curiosidade, a motivação para novos temas em aprofundar o assunto da matéria, ajuda a compor cenários desconhecidos dos alunos de épocas passadas, a vida se aproxima da escola através do vídeo”. Pois sim, ao ver principalmente um vídeo que não faz parte de sua época o aluno automaticamente ligará uma leitura anterior a toda a exibição

que está acontecendo, surgindo o interesse por outros vídeos e filmes que abordam o referido conteúdo. Antes da exibição, Moran (1995) ressalta “que deve- se informar somente aspectos gerais do vídeo e ver antes a qualidade da cópia”. Esses cuidados ajudam para um bom desempenho da ferramenta tecnológica nas aulas e para o interesse do aluno pela matéria.

Depois da exibição é sugerido por Moran que “o professor exiba as cenas mais importantes e as comente. É uma conversa sobre o vídeo. O professor posiciona-se depois dos alunos”.

A inclusão das novas tecnologias na sala de aula parece ser simples quando se trata de um recurso que já está disponível na internet, mas um professor responsável e comprometido com o ensino e a aprendizagem do seu aluno, trilha por vários caminhos para desempenhar um trabalho que irá no futuro colher bons frutos, o seu aluno nunca vai esquecer daquele excelente professor e da aula que o fez um profissional digno e competente.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante das reflexões sobre a história e o ensino de história e da experiência em sala de aula com o uso do vídeo, surgiu a ideia deste estudo, que tem como objeto de análise o uso de vídeo como ferramenta de aprendizagem para as aulas. Mesmo diante de todos os desafios que a realidade educacional atualmente impõe. Sendo assim, no contexto profissional que desempenho minha função de docente não é diferente das demais realidades brasileiras.

Com base na discussão da prática docente, empreendemos os objetivos deste trabalho. Inicialmente pretendemos discutir os efeitos da utilização de vídeos como ferramenta pedagógica nas aulas de história. Para atingir este objetivo, buscou-se descrever as diversas situações de aprendizagens com uso dos vídeos nas aulas de história e relacionar o uso dos vídeos nas aulas com as necessidades de aprendizagens dos alunos.

Tendo o foco no relato da minha experiência como professora de História, com a intenção de discutir os desafios encontrados no cotidiano da escola pública, a

pesquisa foi desenvolvida. No que respeita, a escolha do método, a opção é pela pesquisa qualitativa.

Quando se adota o método qualitativo de pesquisa entende-se que este tipo de metodologia se adequa melhor às pesquisas na área de educação, isto porque sua análise dá-se pelo entendimento que a investigação aplica-se a um fenômeno social (no caso o processo ensino-aprendizagem de História), que requer um tratamento complexo, amplo e diversificado, contrário a um tratamento quantitativo. Para Antônio Carlos Gil:

> As pesquisas qualitativas ou exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolvendo levantamento bibliográfico, experiências práticas com o problema pesquisado, servindo para confrontar a visão teórica com os dados da realidade. (2002)

Diante disto, a preferência pela pesquisa qualitativa é indiscutível para uma proposta de análise como esta. O trabalho de pesquisa precisa ser metodologicamente organizado e trazer questões relevantes para a temática em questão. Neste sentido, o conhecimento adquirido por esta via torna-se inovador e criativo a medida que é resultado de um trabalho sistemático:

> A pesquisa é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, propicia o exame de um tema sobre novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS, 2003)

A partir destes esclarecimentos, utilizou-se como instrumento de pesquisa o levantamento bibliográfico sobre o tema, o estudo de documentos oficiais relacionados e a análise entre as informações obtidas por estes instrumentos e aquelas decorrentes da experiência com o uso de vídeos em sala.

Para o levantamento bibliográfico sobre o ensino de história o aporte teórico se fará a partir de Circe Mª Fernandes (2004), uma vez que esta discute de maneira apropriada sobre o ensino de história na atualidade e aponta questões importantes para esta temática, principalmente no que respeita a renovação dos currículos da história escolar e sua articulação com os métodos e as novas tecnologias.

Também a autora Selva Guimarães (1993) e os PCNs (1998) aparecem como base para esta discussão.

Já para a discussão sobre o uso de novas tecnologias na sala de aula, parte-se das ideias de Moran (1995) uma vez que este autor é de referência para este processo.

A partir destas discussões, passamos a refletir sobre a experiência com o uso de vídeos em aulas de história, na EJA (ensino Médio) da Escola Estadual Profª Mª Geny de Sousa Timóteo, localizada na cidade de João Pessoa, PB. Tal experiência iniciou-se no momento em que percebi o desânimo, a falta de interesse e a dificuldade dos meus alunos com o ensino de história. Diante deste quadro, comecei a refletir sobre a forma de melhorar as minhas aulas para que o aluno da EJA, que vem de uma jornada de trabalho cansativa, passasse a assimilar os conteúdos escolares neste nível de ensino.

Assim, comecei a escolher com cautela um recurso tecnológico (vídeo na internet) que fizesse a sintonia com o conteúdo lido e discutido anteriormente em sala. Observei que ao exibir o vídeo em minhas aulas de História e explicar sua importância ligada ao conteúdo já estudado, ocorria o interesse por parte do aluno. Para a maioria dos estudantes, a sensação era de algo nunca visto antes, pois uma exibição para eles (alunos) parecia ser apenas um instrumento de entretenimento e jamais útil para seu aprendizado; posso afirmar que as aulas tornaram-se mais apreciadas e envolventes para o aluno.

6 AS CONTRIBUIÇÕES DA UTILIZAÇÃO DO VÍDEO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Na época atual ensinar história é um desafio, pois os alunos estão a cada dia se distanciando do entendimento dos fatos que fazem parte dos conteúdos da história, é um cotidiano recheado de outros afazeres que não permite uma concentração, como o que acontecia em épocas anteriores. A inserção das redes sociais subtrai a atenção e concentração, numa aula expositiva com discussão de um conteúdo da história. É comum o professor deparar-se em sala de aula com alunos de cabeças baixas de olho na tela do celular, usando a internet, conectados nas redes sociais. Esta situação traz para o professor o imenso desafio de no planejamento pedagógico pensar em maneiras de fazer com que o aluno se interesse e participe da aula de história que está sendo desenvolvida, onde é

necessário articular em todos os momentos os fatos que fazem parte do cotidiano presente com um acontecimento passado. É uma estratégia que estimula no aluno o interesse em participar da discussão daquela aula e que possibilita sua compreensão. Existe uma imensa satisfação quando o aluno interrompe a exposição do professor questionando o conteúdo que está sendo discutido, pois significa que aquela aula está contribuindo de alguma forma com o saber do aluno.

Por compreender que o uso de vídeo em sala de aula como ferramenta de aprendizagem tem contribuído com boas aulas, estas que o aluno se sente instigado a perguntar e se interessa pelo conteúdo da história que está sendo apresentado em sala de aula, trago esta experiência como prática educativa do objeto deste trabalho. A experiência a qual nos reportamos como exemplo da importância do uso de vídeo em sala de aula como estratégia de aprendizagem, inicia-se no período de 2010 a 2014. Tal experiência aconteceu nas aulas de História para alunos da Educação de Jovens e Adultos, a nível de Ensino Médio, na Escola Estadual Prof.ª M.ª Geny de Sousa Timóteo, situada na cidade de João Pessoa-PB e fundada no ano de 1958. Esta escola possui 970 (novecentos e setenta) alunos/as matriculados/as, funciona em 03 (três) turnos, tem 31 (trinta e um) funcionários e 52 (cinquenta e dois) professores/as. Como atividades extracurriculares, a escola tem parceria com o Programa MAIS EDUCAÇÃO e com o Instituto Paraibano de Educação – UNIPÊ através da Escolinha de Futebol.

Os alunos desta escola têm uma faixa etária acima de 18 anos, são trabalhadores do comércio, autônomos (camelôs, donos de restaurantes), empregados domésticos, prestadores de serviços de empresas particulares e desempregados, prestadores de serviços de empresas particulares, entre outras atividades. Ao chegarem na escola solicitam aulas resumidas e com um efeito imediato para o surgimento de notas; há ainda aqueles que interagem, discutem, expõem suas opiniões, pedem sugestões sobre seu futuro profissional, sobre qual profissão tem condições de seguir, para ter a qualificação profissional que almeja e tem habilidades. Quando os alunos têm confiança no professor para pedirem sugestão sobre suas vidas, isto cria um elo de amizade, importante na relação professor-aluno. A maioria destes alunos, chegam à escola depois de um exaustivo dia de trabalho com todas as responsabilidades a cumprir no seu desempenho profissional. Somam-se a estas dificuldades das aulas noturnas a violência que

aumentou assustadoramente no período da noite. Ao final de cada aula, uma pergunta é feita por todos (alunos, professores e funcionários da escola) – “E agora, como ir tranquilo para casa? ”

Levando em consideração todos os obstáculos para concluir e desempenhar este expediente noturno, comecei a fazer uso das tecnologias em minhas aulas, por compreender que o ensino de história na escola deve estar conectado com as novas tecnologias. No planejamento elaborado, a inclusão de vídeos ocorre de forma relacionada ao conteúdo programado, ressaltando no decorrer da aula a importância dessa ferramenta para um êxito no entendimento do conteúdo explorado na aula. O uso das imagens e a sequência dos fatos contados no vídeo são de extrema importância numa época que temos alunos vivendo na era digital, parece que o conteúdo é melhor informado numa tela de vídeo. Diante das imagens acontece maior participação dos alunos que não se constata numa aula onde é usado um texto impresso.

A aula orientada pelo uso do vídeo, inicia-se a partir da abordagem de conteúdo, por exemplo, a Era Vargas. Faço uma leitura do texto trazido pelo livro didático, aula dialogada com esquemas didáticos, resolução de atividades a partir do livro didático ou elaboradas por mim (para este tipo de atividade, geralmente são usadas questões de concursos). Na sequência, faço uma revisão do conteúdo relacionado ao vídeo que será visualizado. Depois da visualização, prossigo sugerindo outros vídeos e filmes que também abordam o assunto discutido e ao assistir uma outra exibição no seu domicílio o aluno leva para a sala de aula todo o aprendizado adquirido.

Os vídeos que são acatados pelos alunos são os de curta duração, entendo que os efeitos são positivos porque já estão cansados de um dia de árduo trabalho e o horário do término da aula que oferece o perigo da violência da noite. As atividades relacionadas a exibição do vídeo acontecem simultaneamente com as demais atividades de sala de aula, é como se fosse um novo texto impresso lido por todos, são discutidas as cenas exibidas e sua crucial importância para o aprendizado.

Ao mesmo tempo em que são trabalhados conteúdos históricos, numa sala de EJA, o professor precisa estar aberto às confissões dos alunos que revelam seus

conflitos diários advindos de sua situação socioeconômica. Os graves problemas que enfrentam servem para dar base as discussões feitas no ensino de história.

Nos Parâmetros Curriculares é oferecida ao professor a liberdade de planejar sua aula de acordo com a realidade local e regional, cabendo a este escolher o melhor caminho para o sucesso da aula. Os PCNS ressaltam sobre o “saber histórico e escolar” que para a realidade de cada professor e a sua especifica sala de aula são aspectos importantes no ensino porque o aluno vê nas aulas uma ponte entre história de vida e a produção de especialistas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, procurei refletir sobre o processo ensino-aprendizagem de história, discutindo as contribuições do uso das novas tecnologias, tendo como foco o vídeo, para o ensino desta disciplina.

A partir disto, conclui-se que a utilização de vídeo de curta duração é uma ferramenta que deve ser aliada ao ensino de história, principalmente no difícil contexto da EJA, onde os problemas de escolarização são decorrentes de uma situação socioeconômica desfavorável a continuidade dos estudos.

Alguns aspectos da vivência escolar dos/as alunos/as têm relação direta com a apropriação e a compreensão dos conteúdos históricos: a dificuldade com a leitura e escrita de texto, bem como com a interpretação do conhecimento histórico, o não desenvolvimento sistemático e planejado do raciocínio histórico. Estes problemas são uma constante nas escolas, deixando um resultado de baixa qualidade da educação oferecida e uma sensação permanente de que a escola fracassa no atendimento às expectativas de escolarização da população jovem e adulta que retorna aos estudos apesar das dificuldades apresentadas. Ao constatar esta realidade, muitas vezes, as pessoas envolvidas com a escolarização de adultos (secretários de educação, gestores e professores) preferem identificar culpados ao invés de propor soluções. Uma análise crítica permite perceber que a escola tem muito a contribuir com os anseios apresentados pelos jovens e adultos no seu retorno escolar, a inovação da linguagem, através do uso do vídeo, pode se

apresentar como uma destas contribuições. Logicamente não é apenas esta iniciativa que vai melhorar drasticamente o problema da qualidade do ensino, outras questões se colocam: o problema da qualidade da educação como o investimento sério na formação e na remuneração dos/as professores/as e a estruturação adequada dos prédios escolares.

A partir da bibliografia consultada, a exemplo de Circe Mª Fernandes (2004), Selva Guimarães (1993), Antônio Carlos Gil (2002), Moran (1995) e Eva Lakatos (2003), percebemos que a temática de novas tecnologias para a disciplina de história tem sido preocupação de autores que procuram a cada momento refletir sobre as aulas, como elas acontecem e como podem melhorar, trazendo a possibilidade para que o aluno tenha satisfação e interesse de conhecer, argumentar com profundidade sobre a história da humanidade. Tem ocorrido debates interessantes nesta área, levando ao crescimento de uma produção sobre as mudanças inovadoras e do uso de novas tecnologias para se ensinar e aprender a disciplina. Ao pensar no tema dessa monografia jamais imaginei que ía ler magníficas produções que estão de acordo com a opção de inovar em sala de aula, a partir da exibição de vídeos de curta duração. Ao refletir sobre isto neste estudo, percebo que tomei, como professora, uma decisão acertada e devo continuar nesta perspectiva e incentivar outros colegas da área a empreenderem a mesma estratégia, a fim de colaborar com a construção de um conhecimento válido para o ensino de história, a partir do cotidiano escolar. Desta maneira, os fatos históricos apresentados e compreendidos em sala de aula servirão para conscientizar o aluno no que respeita a sua capacidade de ser um cidadão crítico, com vistas a construir uma sociedade justa.

Embora um quadro desalentador se apresente, como professora de história que trabalha na EJA, acredito no potencial dos alunos e na relação professor-aluno como possibilidades para o desenvolvimento de aulas mais prazerosas, estimulantes e produtivas. E a utilização de vídeos como estratégia de ensino-aprendizagem tem se apresentado como uma excelente alternativa para fornecer a explicação-compreensão dos acontecimentos presentes e passados no ensino de história.

7 REFERENCIAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos**.** São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; KARNAL, Leandro. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **PARECER Nº 11/2000 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2000.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia.** Brasília: MEC/SEF,1997.

BRASIL, Lei nº. 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_Leis/9394. Acessado em: abr. 2014.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1997.
DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: http://www.dicionariodoaurelio.com. Acessado em: 10 de abr. 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. São Paulo: Papirus, 1993

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**?. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Eva. Maria **Lakatos**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, **José Carlos**. **Democratização da Escola Pública** - A Pedagogia Crítico -. Social dos Conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2002 - 18º ed.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. Artigo publicado na revista Comunicação e Educação. São Paulo, ECA – Ed. Moderna, 1995

.